

GRUPOS PET CONEXÕES DE SABERES COMO INSTRUMENTO DE PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR

MONTALVÃO, Camila Sobral Leite Lyra¹
SANTANA, Dandara²
NASCIMENTO, Lucas Vinícius de Oliveira³
OLIVEIRA, Nathália Roberta Silva de⁴
SANTOS, Paulo Jackson Garcez⁵
PEREIRA, Valéria Cristina Diniz⁶

RESUMO: O presente artigo visa analisar o Programa de Educação Tutorial (PET), na modalidade de grupos Conexões de Saberes, enquanto parte das políticas públicas de educação superior dedicadas a garantir a permanência de grupos de origem popular na universidade. A partir de revisão bibliográfica e de análise documental de decretos e portarias do programa, o trabalho divide-se em: 1) análise histórica da função social das universidades públicas e 2) apresentação do processo histórico do PET, considerando o início da sua trajetória até a junção e criação dos grupos PET Conexões de Saberes. Por último, destaca-se a relevância do programa em questão no que diz respeito às suas ações como meio de permanência de universitários de origem popular nas instituições públicas de ensino. Dessa maneira, apesar de os ataques socioeconômicos às universidades contribuírem para a exclusão de estudantes advindos de espaços populares, foi através de lutas sociais que se conquistou a efetivação de políticas educacionais.

PALAVRAS-CHAVE: Universidade; Permanência; Ações afirmativas; PET; Conexões de Saberes.

¹ Integrante do grupo PET Conexões Gestão Política-pedagógica da Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: camila.b58@gmail.com.

² Integrante do grupo PET Conexões Gestão Política-pedagógica da Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: dandarasantanaa@hotmail.com

³ Integrante do grupo PET Conexões Gestão Política-pedagógica da Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: lucasvonasc@gmail.co

⁴ Integrante do grupo PET Conexões Gestão Política-pedagógica da Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: nroberta973@gmail.com

⁵ Integrante do grupo PET Conexões Gestão Política-pedagógica da Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: paulogarcez12@live.com

⁶ Integrante do grupo PET Conexões Gestão Política-pedagógica da Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: valeriadiniz.p@gmail.com

GRUPOS PET CONEXÕES DE SABERES COMO INSTRUMENTO DE PERMANENCIA EN LA EDUCACIÓN SUPERIOR

RESUMEN: El artículo tiene como objetivo analizar el Programa de Educação Tutorial (PET), en la modalidad de grupos “Conexões de Saberes”, mientras partes de las políticas públicas de educación superior destinados a garantizar la permanencia de los estudiantes. A partir de una revisión bibliográfica y análisis documental de los decretos y ordenanzas del programa, el trabajo se divide en: 1) análisis histórico de la función social de las universidades públicas y 2) presentación del proceso histórico del PET, considerando el inicio de su trayectoria hasta la fusión y creación de los grupos PET Conexões de Saberes. Finalmente, destaca la relevancia del programa en cuestión en cuanto a sus acciones como medio de permanencia de los estudiantes universitarios de origen popular en las instituciones públicas de enseñanza. Sin embargo, a pesar de los ataques socioeconómicos a las universidades los cuales contribuyen a la exclusión de los estudiantes de bajos ingresos, fue a través de las luchas sociales que se logró la implementación de las políticas educativas.

PALABRAS CLAVES: Universidad; Permanencia; Acciones afirmativas; PET; Conexões de Saberes.

INTRODUÇÃO

As diretrizes das políticas neoliberais introduzidas no Brasil a partir da década de 1990 modificaram a forma como o Estado regulava as políticas sociais, inclusive a política educacional, sendo necessário manter articuladas características arcaicas com traços modernizadores. No que diz respeito ao sistema educativo, a reafirmação da elitização no espaço acadêmico, juntamente com o pensamento meritocrata — segundo o qual quem se esforça mais é quem possui o mérito —, contribuiu ainda mais para a barreira, que se mantém até os dias atuais, entre o conhecimento científico e o popular. Esse aspecto é reforçado pelo que destaca Rinesi (2001, p. 93):

“A universidade está deslocando do velho modelo disciplinador da cadeia (Foucault) para o modelo disciplinar do banco. Isto se confirma com a linguagem que a universidade está começando a usar: crédito, pontos, interesse do conhecimento, utilidade do que se ensina ou do que se escreve. Não é raro que alguns bancos tenham se lançado a fundar universidade. Faz tempo que nas universidades fala-se como nos bancos.”

Levando em consideração a intensificação das problemáticas sociais causadas pelo avanço de políticas de caráter neoliberal e baseadas no aumento da exploração e da expropriação da classe trabalhadora, a dificuldade de pessoas oriundas de comunidades populares de permanecerem em instituições públicas de ensino superior permanece como um assunto a ser discutido. Historicamente, grupos de origem popular⁷ têm, devido às desigualdades estruturais do Brasil, seu acesso reduzido ao ambiente universitário e, quando transpostas as limitações de ingresso, sentem sua permanência ameaçada em decorrência de sua condição socioeconômica. Somado esse fato às demandas da formação universitária, esses fatores resultam, na maioria das vezes, na evasão desse grupo. Como ressalta Fernandes (1975), as dificuldades de inserção das classes subalternas no ambiente universitário explicitam a fragilidade dos mecanismos de equidade e de igualdade em relação às oportunidades educacionais no país, especialmente no que tange ao ensino superior público.

A partir do processo de redemocratização do Brasil na década de 1980 e, principalmente, no início do século XXI, com a insurgência das políticas de ações afirmativas institucionais — com destaque para a implementação do sistema de cotas raciais e sociais (Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012) —, as universidades públicas brasileiras passaram a atender um maior contingente de estudantes oriundos de setores populares. Assim, estes, concomitantemente, demandaram políticas de inclusão por meio do incentivo de bolsas acadêmicas e de assistência estudantil. No cenário atual, com o agravamento das desigualdades sociais por meio de uma série de

⁷ Compreendido aqui, conforme edital Nº 9 PET 2010 – MEC/SESu/SECAD, como estudantes provenientes de escolas públicas, “de áreas de remanescentes de quilombos, áreas indígenas, [...] assentamentos e ribeirinhas, favelas, bairros periféricos ou territórios assemelhados” (p. 4) e critérios de renda familiar.

medidas de desmonte em diversos segmentos das políticas públicas, as políticas de acesso têm se mostrado insuficientes para assegurar o direito à educação superior, sendo necessária a igualdade nas condições de acesso e de permanência.

Simultaneamente ao avanço de políticas neoliberais na educação, houve, em contrapartida, a intensificação das lutas sociais e o fortalecimento dos movimentos da educação, que levantaram bandeiras de reafirmação da cidadania, visando ao desmanche progressivo das desigualdades sociais. Nesse sentido, apesar da progressão da tendência privatista e mercantilista da educação, torna-se necessário afirmar a educação como um direito. Dessa maneira, deve-se impulsionar o aumento da oferta e vinculá-lo ao aumento da escolarização relacionada ao acolhimento dos diferentes segmentos sociais no desenvolvimento das políticas educacionais.

Foi nessa perspectiva que, através da Portaria nº 1, de 17 de maio de 2006, foi criado, pelo Ministério da Educação, o "Programa Conexões de Saberes: diálogos entre a universidade e as comunidades populares", com o objetivo de i) assegurar a permanência e a manutenção de estudantes oriundos de comunidades populares no ensino superior, ii) aprimorar a formação do universitário de origem popular como pesquisador e extensionista e iii) estimular o surgimento de novas lideranças que possam unir o conhecimento acadêmico ao compromisso social. Em 2010, a filosofia oriunda do Programa Conexões de Saberes foi incorporada aos grupos interdisciplinares do Programa de Educação Tutorial (PET), o qual foi criado em 1979, inicialmente com o nome de Programa Especial de Treinamento, originando os grupos PET/Conexões de Saberes.

Embora a desigualdade social predomine nos espaços acadêmicos, é importante reconhecer a relevância dos grupos PET/Conexões de Saberes na formação universitária de pessoas advindas de espaços populares. Partindo desse pressuposto, o presente trabalho consiste em um estudo exploratório, pois pretende destacar, de forma aproximativa, através da história da construção coletiva dos grupos PET/Conexões de Saberes, sua importância na luta pela democratização do acesso ao ensino e pela permanência de estudantes de origem popular nas universidades públicas.

Para tanto, metodologicamente, esta pesquisa se caracteriza enquanto bibliográfica, por permitir ao pesquisador uma gama de fenômenos mais ampla do que se investigada diretamente (GIL, 2002). Recorreu-se também à análise documental, tendo como fonte de dados: i) o Manual de Orientações do PET (MOB); ii) a Portaria nº 1, de 17 de maio de 2006, que institui o Programa Conexões de Saberes e iii) o edital nº 9 (2010) para a criação de novos grupos no âmbito do Programa de Educação Tutorial.

O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DAS UNIVERSIDADES E OS DESAFIOS ENFRENTADOS A PARTIR DO AVANÇO DO NEOLIBERALISMO

Para compreender os limites e as possibilidades da Universidade na sociedade brasileira atual e as determinações históricas que contribuíram para seu desenvolvimento, antes se torna necessário retornar, de forma sucinta, ao período da Ditadura Civil Militar, ocorrida de 1964 a 1985. Dessa maneira, cientes de que haverá muitas lacunas referentes ao período mencionado, inclusive por uma questão de espaço e de prioridades, os autores e as autoras deste artigo, especificamente neste tópico, têm por objetivo traçar as mudanças na educação superior no período ditatorial e na redemocratização, as quais influenciaram nas várias etapas do PET.

Inicialmente, os fatores que culminaram no golpe ao ex-presidente João Goulart foram uma combinação de acontecimentos. Segundo o historiador Caio Navarro de Toledo (2004), contribuíram para a deposição de Jango a crise econômica que havia na época, o fortalecimento dos movimentos sociais urbanos e rurais, a crise partidária e a eminente luta de classes na defesa de diferentes projetos de governabilidade para o país. Dessa forma, a junção dos setores que discordavam do teor populista de Jango, principalmente dos conservadores e opositores de seu governo, foi a responsável pelo golpe à democracia em 1964, fator que, por 21 anos, instaurou práticas autoritárias na governança do país.

No decorrer da Ditadura Militar, ocorreu a Reforma Universitária, institucionalizada pela a lei nº 5.540 de 1968. De forma geral, a reforma causou uma série de mudanças no ensino superior no Brasil, entre as quais

está a substituição do sistema de cátedras pela organização em departamento, institutos e centros. Entretanto, as discussões sobre a necessidade de uma reforma na educação superior já aconteciam há anos, em vários campos de interesses. De um lado, os estudantes, representados pela União Nacional dos Estudantes (UNE), reivindicavam principalmente a autonomia universitária, participação dos corpos docente e discente na administração universitária, adoção do regime de trabalho em tempo integral para os docentes, ampliação na oferta de vagas nas escolas públicas e flexibilidade na organização de currículos (FÁVERO, 1995).

Já do outro lado, as elites político-econômicas argumentavam que, para implementar a reforma, o Estado brasileiro deveria se adequar às relações tipicamente capitalista e, para isso, precisaria se modernizar, pois seria por meio desse processo de “modernização” que o Brasil conseguiria ultrapassar o estágio de país subdesenvolvido. Ou seja, como afirma Mazzilli (2011, p. 212),

“A produção de um novo projeto para a universidade, em conformidade com o projeto político do novo regime ditatorial, visava criar um sistema de ensino superior que respondesse às promessas de modernização do país, entendida como aceleração do desenvolvimento econômico, por meio da entrada de capital estrangeiro e do desenvolvimento tecnológico.”

Sendo assim, o governo, apoiado pelas elites, adotou uma concepção de reforma universitária pautada em princípios como eficiência, produtividade e flexibilização administrativa, com o propósito de modernizar o país frente ao desenvolvimento do capitalismo. Portanto, a Reforma Universitária de 1968 teve como produto final o aniquilamento do sistema de cátedras, substituído pelos departamentos, a criação dos cursos básicos e profissionais, o estabelecimento das matrículas por disciplina e o fim das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras.

Diante disso, como um dos reflexos do processo de modernização do sistema de educação superior, foi criado, por Claudio Moreira Castro, o então presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (CAPES), o Programa Especial de Treinamento (PET), em 1979. Com

o intuito de incentivar a pesquisa por parte dos alunos de graduação, o programa pretendia suprir defasagens da produção científica que a política de educação tecnicista, implementada no período de Ditadura Militar, havia estabelecido no ensino superior.

Juntamente com os princípios da Reforma Universitária de eficiência e produtividade, o PET foi criado com ideologias bastante similares, pois, inicialmente, só fazia parte do PET o estudante que mais se destacava academicamente, enfatizando-se, assim, o caráter da meritocracia que, como fruto do capitalismo, veio ganhando espaço na então universidade brasileira, que se direcionava a alinhar as pesquisas acadêmicas aos interesses de empresas privadas. Segundo Castro (s/d, p. 8), o PET se diferenciava de qualquer outro programa que havia na universidade: “não é um sistema de voluntariado visando resolver um problema social”; “não é para usar os bolsistas como substitutos dos professores”; “não é instrumento de equidade, de benemerência ou de justiça social” (p. 8). O programa tinha uma lógica simples: “trata-se de buscar os melhores candidatos e oferece-lhes as melhores condições de crescimento intelectual” (p. 8).

Por ser um programa do período ditatorial e para ser adequado àquela realidade, o PET precisou ser reformulado, passando por mudanças tanto em sua ideologia quanto nas leis que regulamentavam o programa. Entretanto, as análises mais aprofundadas sobre o processo de transformação que o PET sofreu durante parte de sua história serão abordadas de forma mais minuciosa no decorrer do trabalho, principalmente no próximo tópico.

A partir dos anos 1980, o modelo econômico adotado passou a demonstrar desgastes. Essa década ficou conhecida como a “Década Perdida”, uma vez que os desdobramentos das políticas realizadas durante a ditadura serviram para acentuar a crise capitalista dos anos 1970 no Brasil. O processo que se desenvolveu nesse contexto ficou conhecido como período de redemocratização, o qual foi marcado pela maior abertura à participação popular, como resposta às reivindicações que se engendraram nesse período. Mediante o processo histórico desencadeado nessa década, foi possível a construção da nova Constituição Federal (CF88), aprovada em 1988. Porém,

esse processo lento e gradual de reabertura política se deu sob o controle dos militares.

No que se refere à educação, foi criado o Fórum da Educação na Constituinte, responsável por efetivar a participação popular na criação da nova constituição por meio da construção de emendas populares. No Fórum, foi construída, em 1987, uma proposta de texto referente à educação, tendo sido assinada pelas entidades científicas, bem como entidades vinculadas aos sindicatos dos trabalhadores da educação.

O texto elaborado pelo Fórum buscava desconstruir a ligação autoritária do Estado com a universidade. Nesse sentido, procurou reafirmá-la como instituição autônoma administrativamente, assim como defender a gratuidade, laicidade e democratização do ensino superior brasileiro. Segundo o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN) (1982, p. 214 *apud* MAZZILLI, 2011, p. 124),

“Os princípios que norteiam este projeto são a defesa do ensino público e gratuito, autonomia e democratização das universidades. Carreira docente, concursos públicos, eleições diretas para dirigentes universitários, participação da comunidade na vida acadêmica, financiamento, avaliação e projeto pedagógico, são tidos como meios que concretizaram uma universidade autônoma e democrática.”

Além disso, a proposta para o ensino superior visava à superação da universidade baseada apenas pelo ensino, sugerindo a conexão indissociável entre ensino, pesquisa e extensão e afirmando o papel social da universidade na construção de outra sociedade, mais justa e sem desigualdades sociais. Posteriormente, tal proposta de implementação da tríade (ensino, pesquisa e extensão) para o ensino superior seria incorporada à CF88. A incorporação da proposta, presente na emenda apresentada pelo Fórum Nacional de Educação, efetivou-se por meio do Artigo 207 da CF88, que institui que “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL, 2016, p. 167). Nessa conjuntura, se iniciava, então, um processo — árduo e lento —

da construção de uma universidade mais democrática, participativa e ativa na mudança social.

A CF88 firmou o marco de uma nova fase do desenvolvimento das políticas sociais e educacionais no Brasil. Apesar disso, este marco não significou a efetiva mudança que o texto preconizava. Em uma disputa de poderes, os novos paradigmas da educação, instituídos na nova Constituição, desagradaram a rede de interesses preocupada em alinhar, com base na política neoliberal, as políticas econômicas e estatais ao capital privado e ao padrão de desenvolvimento capitalista globalizado.

A eleição de Fernando Collor de Mello, em 1990, significou o ponto de partida da implementação das políticas neoliberais no Brasil. Entretanto, foi com a eleição de Fernando Henrique Cardoso (FHC) que tais políticas foram expandidas. Nesse momento, foi aprofundada a subordinação do Estado aos interesses do mercado, no sentido de efetivar a reestruturação do modo de produção capitalista a partir da globalização da economia com ações que visavam a diminuir o setor público estatal em detrimento do setor privado. Assim, foi mediante a chamada Reforma Gerencial do Estado, ocorrida em 1995, que a reorganização das relações entre Estado e sociedade civil passou a ser efetivada.

Dentre as principais tendências das contrarreformas neoliberais, está a diminuição de investimento no âmbito público e o conseqüente incentivo à privatização dos serviços públicos. Nesse sentido, uma das conseqüências é a diminuição da alocação do fundo público nas políticas sociais públicas. No que se refere à educação, um exemplo que evidencia esta afirmativa é que, em 1998, o antigo PET sofreu ataques referentes à restrição de orçamento.

De acordo com matéria publicada no jornal *Folha de S.Paulo*, pelo jornalista Fernando Rossetti (1998), o Ministério da Educação (MEC) estabeleceu a redução de 35% do orçamento, porém houve reação dos estudantes e professores-tutores do programa, que foram a Brasília lutar pelos recursos. Como resultado, o MEC recuou em partes, reduzindo o corte do orçamento de 35% para 10%. Embora isso não expresse uma grande

conquista, porque ainda houve redução, o fato serve como exemplo para apreender as ações do Estado e a reação dos atingidos pelos ataques.

Já no século XXI, com a eleição do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), esperava-se que ocorressem mudanças com relação à base política neoliberal dos governos anteriores. Na tentativa de articular seu governo e de fazer base política, as políticas do governo Lula favoreceram a articulação com aliados políticos de várias vertentes, mantendo as medidas governamentais com tendências neoliberais, mas também adotando medidas em prol dos trabalhadores brasileiros.

Se, por um lado, houve a criação de diversos programas que ampliaram o acesso da classe trabalhadora às instituições de ensino superior, por outro, houve o favorecimento da “formação dos oligopólios” educacionais neste nível de ensino (CHAVES, 2010, p. 483). De modo geral, destacam-se: o Programa Universidade para Todos (ProUni), Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES) e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades (REUNI). Tais políticas modificaram a composição do núcleo discente das universidades e serviram como incentivo à expansão do setor privado.

No mesmo período, durante o governo Lula, o até então Programa Especial de Treinamento passou por grandes mudanças institucionais de relevância para as políticas educacionais e para o incentivo à permanência nas universidades públicas. No ano de 2005, o programa em questão, sob a administração do Departamento de Modernização e Programas de Ensino Superior (DEPEM), passou por uma reformulação por meio da Lei nº 11.180 e da Portaria nº 3.385/2005. Essa nova legislação instituiu o Programa de Educação Tutorial, o atual PET, reformulando diretrizes do antigo programa e desconstruindo orientações já ultrapassadas para seu desenvolvimento. Então, o programa deixa de cumprir uma função tecnicista de treinamento e passa a desenvolver a autonomia e a criticidade acadêmica dos universitários envolvidos.

Ainda nos anos de 2006 e 2007, foram instituídas, respectivamente, as Portarias nº 1.632/2006 e nº 1.046/2007, responsáveis

por fortalecer e assegurar direitos legais aos estudantes participantes do PET. A Portaria nº 1.632/2006 assegurou o período de duração de três anos da bolsa de tutoria, além de sua renovação de mesmo período. Já a Portaria 1.046/2007 alterou os valores das bolsas de tutoria concedidas a professores-tutores participantes do PET.

No ano de 2010, ocorreu uma grande mudança na prática legislativa do PET. Por meio da Portaria nº 976/2010, foi implementada a flexibilização da estrutura dos grupos PET e a união do programa ao Conexões de Saberes, instituído em 2004 pelo Ministério da Educação, com o objetivo de estimular a articulação entre comunidades populares e instituições acadêmicas através de jovens universitários de origem popular. Dessa forma, a Portaria também foi responsável pela expansão dos grupos PET, flexibilizando a possibilidade de concessão de novas bolsas mediante justificativa da tutoria e avaliação do Comitê Local de Acompanhamento e Avaliação (CLAA) da respectiva instituição de ensino superior (IES).

A união institucional do PET ao Programa Conexões de Saberes reorganiza os objetivos dos dois programas e torna os grupos PET Conexões de Saberes não somente responsáveis por orientar os estudantes a uma produção e uma interação acadêmica crítica, mas também a construir, a partir dessa produção, novas metodologias e diagnósticos que estudem e incentivem a permanência universitária dos jovens envolvidos. Dessa maneira, a mudança legislativa no PET, por meio da Portaria 976/2010, se mostrou de grande relevância, visto que vinculou grupos PET com os objetivos do Programa Conexões de Saberes, formando grupos muito mais completos, pois não só priorizaram o conhecimento acadêmico, mas também a divulgação desse saber científico para a sociedade, e, com a distribuição de bolsas, contribuíram para a permanência de estudantes no meio universitário.

PET/CONEXÕES DOS SABERES: UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

O PET e o Programa Conexões de Saberes foram criados por sujeitos atuantes em seus respectivos contextos de vivência e se modificaram

de acordo com as mudanças sócio-históricas, o que influenciou sua unificação. Assim, esse projeto se tornou um dos maiores exemplos no que se refere à política de permanência nas universidades, atrelando ensino, pesquisa e extensão.

Originalmente, como citado no tópico anterior, o PET foi criado com o nome de Programa Especial de Treinamento pelo seu fundador Cláudio de Moura Castro, diretor geral da CAPES, em 1979. De acordo com Corrêa e Lemos (2006), Castro foi aluno da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e participou, em 1959, de um experimento acadêmico chamado de Sistema de Bolsas, que oferecia o pagamento de bolsas em troca de um ensino integral de estudos para os melhores alunos entre os cursos mais promissores, como Ciências Contábeis e Economia. Dessa forma, o Sistema de Bolsas, apesar de trazer uma melhora na qualidade da graduação, reforçava os princípios de elitismo intelectual predominantes da época.

Em sua permanência na universidade e sendo contemplado pelo Sistema de Bolsas, Castro vivenciou o feito desse sistema para o sucesso acadêmico de seus participantes e, em 1979, como diretor da CAPES, dispunha finalmente de meios para pôr em prática um programa semelhante ao de que participou durante a faculdade. O criador do PET buscou outros exemplos, além de suas experiências, como

“Os *Honors Programs*, sistema aplicado nos ensinos médio e superior americanos onde os alunos selecionados recebem um tratamento diferenciado, cursando disciplinas em forma de seminários que criam oportunidades para o desenvolvimento de habilidades acadêmicas.” (CORRÊA; LEMOS, 2006, p. 6-7)

Foi com esses conhecimentos, em conjunto com a ideia de buscar os melhores estudantes e de oferecer-lhes as melhores condições de crescimento intelectual, que o Programa Especial de Treinamento foi criado.

Assim como já mencionado, a lógica da meritocracia (que deu origem ao PET) dialogava muito bem com o contexto histórico da época, em que houve a criação de vagas de nível superior a fim de servir como objeto de barganha política do governo militar para com as classes médias, que

buscavam melhorar sua condição social via graduação universitária. Posteriormente, nas primeiras décadas, o PET veio com a Universidade dos Resultados⁸, a qual direcionava as pesquisas feitas pelas instituições de ensino superior aos interesses das empresas privadas. Como afirma Chauí (2001, p. 190): “Eram os empregos e a utilidade imediata das pesquisas que garantiam à universidade sua apresentação pública como portadora de resultados”.

Entretanto, de acordo com Borba e Moreira (2014), foi a partir dos anos de 1990 que o PET passou a ter uma regulamentação de fato e adicionou a seus propósitos o de contribuir com a política de diversidades e ações sociais, juntamente com uma de suas principais marcas, que é a construção de suas atividades pautada na tríade universitária ensino-pesquisa-extensão. Ainda segundo os autores, foi no início da década de 1990, com a política de privatizações, como aludido no primeiro tópico deste artigo, que o PET sofreu grandes ameaças de extinção, resultando na criação de comissões de articulação entre toda comunidade petiana, como a Comissão Executiva Nacional do PET (CENAPET), criada em 1999. Essa movimentação auxiliou, assim, estudantes e professores a começarem a se engajar na defesa do programa.

Desde então, o PET passou por reestruturações, principalmente se desvincilhando de sua ideologia inicial, de cunho meritocrata, começando a desenvolver práticas pedagógicas interdisciplinares. A partir dos anos 2000, o PET passou a ser gerido pela Secretaria de Educação Superior (SESU)/MEC e, com um contínuo processo de fortalecimento, em 2004, começou a ser identificado como Programa de Educação Tutorial.

Desse modo, seu principal objetivo se tornou: apoiar atividades acadêmicas integradas de ensino, pesquisa e extensão, formando grupos tutoriais de aprendizagem. O PET propiciou aos estudantes participantes, sob a orientação de um tutor, a realização de atividades extracurriculares que complementam a formação acadêmica do discente e formam cidadãos que

⁸ Termo cunhado por Marilena Chauí (2001) ao analisar os tipos de instituições universitárias públicas brasileiras dos anos 1970 até a atualidade, dividindo-as em três categorias: Universidade Funcional, Universidade Operacional e Universidade de Resultados.

aprendem a trabalhar em equipe. Assim, o PET foi crescendo, principalmente quando o programa Conexões de Saberes se fundiu ao PET em 2010, contribuindo para o combate das desigualdades sociais.

A fusão do Programa Conexões de Saberes com o PET foi de suma importância, resultando num programa mais completo e alinhando a tríade universitária — característica do PET — a projetos de permanência universitária — o lado mais social do Conexões de Saberes. Com isso, foi possível somar a indissociabilidade do ensino à pesquisa e à extensão aos projetos voltados para a comunidade, intencionando estimular o protagonismo de estudantes de origem popular na universidade por meio do apoio à formação acadêmica e política.

Assim como o PET originou-se de um exemplo de sucesso acadêmico que foi o Programa de Bolsas e o *Honors Programs*, também o “Programa Conexões de Saberes: diálogos entre a universidade e as comunidades populares” nasceu através da ideia de um programa de sucesso, sendo da vanguardista iniciativa do Observatório de Favelas, em 2003, que criou o projeto Rede de Universitários de Espaços Populares (RUEP). O programa RUEP tinha como objetivo articular as IES por meio de projetos de extensão que tivessem como objetivo o envolvimento de estudantes moradores de espaços populares na produção de estudos e atividades voltadas para o desenvolvimento em ações de inclusão social.

O programa criado pelo Observatório de Favelas funcionou tão bem que, poucos anos após sua criação, deu origem ao Programa Conexões de Saberes e foi incorporado à Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação – SECAD/MEC. Diante disso, o Conexões de Saberes nasce com o intuito de ampliar os vínculos entre as redes acadêmicas e as comunidades populares através da iniciação de alunos de origem popular em ações de pesquisa e extensão universitária.

Nessa perspectiva, o desenvolvimento do Programa Conexões proporcionou o diálogo entre a universidade e as comunidades populares e contribuiu para a democratização do acesso e a permanência universitária de graduandas e graduandos de origem popular, por causa de bolsas ofertadas

pelo programa. Os propósitos do programa, ao longo do tempo, foram se tornando cada vez mais de cunho social, mas a ideologia dos objetivos originais nunca se deteriorou. Dessa forma, o Conexões de Saberes tinha como estratégia em seu início: i) elaborar uma agenda de ações afirmativas nas universidades federais brasileiras, a fim de garantir a permanência estudantil; ii) consolidar a formação acadêmica de estudantes de origem popular e iii) desenvolver projetos de extensão-ensino-pesquisa que estabelecessem o diálogo entre a universidade e as comunidades populares.

Na busca pela indissociabilidade da tríade e como uma forma de resistência do programa, em 2010, ele foi transformado em PET/Conexões de Saberes, através do Edital 09 MEC/SESU/SECAD. A proposta apresentada ao MEC era a criação de grupos interdisciplinares PET/Conexões de Saberes, ou seja, poderiam participar não só estudantes de um, mas de vários cursos, contribuindo para a composição da pedagogia interdisciplinar que os dois programas almejavam. A criação dos grupos PET/Conexões de Saberes trouxe outro legado quando se fala no Programa de Educação Tutorial a partir de então, fazendo a cada dia o PET se distanciar mais de sua ideologia inicialmente meritocrática.

PET CONEXÕES DE SABERES E PERMANÊNCIA UNIVERSITÁRIA DE ESTUDANTES DE ORIGEM POPULAR

O distanciamento entre os espaços acadêmicos e populares demonstram não apenas as desigualdades sociais presentes no território brasileiro, mas também reafirmam a precarização da efetivação de políticas públicas educacionais para moradoras e moradores de comunidades populares. A elaboração de novas leis e diretrizes que garantam, além da inserção dessas pessoas no ensino superior, uma qualificação nas suas formações se mostra imprescindível. Inclusive, conforme dito por Candido (2004), o direito à universidade é um tipo de experiência que jamais lhes pode ser negado, uma vez que é algo pertencente a nossa humanidade.

O contato entre universidade e moradoras e moradores de espaços populares proporciona o que Gramsci (1979) caracteriza como "intelectual

orgânico”, ou seja, um processo em que o indivíduo, oriundo das comunidades em epígrafe e que está adquirindo conhecimento científico, é uma importante ferramenta no desempenho da transformação social, pois, ao expandir suas experiências acadêmicas, não se desassocia de sua classe social. Todavia, de acordo com Frigotto (2009), devido a heranças estruturais sociais adquiridas no processo de formação sócio-histórico brasileiro, a predominância da desigualdade social, além de outras problemáticas, como o analfabetismo e a precarização do sistema educacional, caracterizam o atual cenário socioeconômico. Nesse contexto, os desafios encontrados por pessoas advindas de comunidades populares não se resumem apenas à efetivação de políticas afirmativas que garantam a entrada desses indivíduos na universidade.

Os limites financeiros e geográficos, assim como a necessidade do trabalho, o acesso e a vivência de outras culturas, tornam o desenvolvimento acadêmico do estudante oriundo de comunidade popular não apenas difícil, mas excludente. A meritocracia difundida no Brasil em conjunto com a elitização do acesso à universidade promove a ideia de que apenas o esforço é necessário, quando, na verdade, a falta de acesso à internet e outros problemas de infraestrutura predominam em espaços populares, embora não sejam levados em consideração. Ademais, as atividades voltadas à tríade universitária (pesquisa, ensino e extensão) estabelecem, muitas vezes, critérios relacionados ao coeficiente de rendimento escolar, desconsiderando toda a trajetória do discente que não teve o privilégio de acessar determinados espaços.

Assim, sendo o ingresso em IES, principalmente públicas, o sonho de muitos estudantes, é perceptível identificar que, apesar dos ataques realizados à educação por meio das políticas de caráter neoliberal a partir da década de 1990, com a expansão das IES privadas e o aprofundamento do viés privatista no setor público, houve concomitantemente um considerável aumento de vagas, programas e assistências estudantis, com o objetivo de garantir o acesso e a permanência de estudantes dos segmentos mais pauperizados da classe trabalhadora nas IES públicas.

Além disso, após se depararem com as barreiras de ingresso, os estudantes têm sua permanência ameaçada, apesar da histórica luta do movimento estudantil, que culminou em ganhos para os estudantes, como o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES/2010)⁹, por medidas como o contingenciamento de recursos da pasta educacional com o desfinanciamento do regime fiscal imposto – em destaque, a supracitada Emenda Constitucional nº 95, que inviabilizou a vinculação dos recursos para as políticas sociais nos moldes postos na CF, ao congelar as despesas primárias do governo (com exceção das despesas financeiras com o pagamento de juros e amortizações da dívida pública) por 20 anos (SALVADOR; RIBEIRO, 2018); o descaso da liberação dos recursos das bolsas e do custeio das atividades do PET e oscilações na direção do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que passou a ser alvo de disputa política pelo seu orçamento de R\$ 54 bilhões para o ano de 2020.

Como caracterizado na primeira seção, o início do século XXI é caracterizado pela democratização do acesso ao ensino superior, sob a égide dos governos destacados, pela execução de políticas sociais mais inclusivas em relação ao acesso ao ensino público, com uma das mais reconhecidas ações afirmativas, que foi a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, a qual prevê a reserva de 50% das vagas para estudantes oriundos de escola pública; dentro desse percentual, são reservadas, ainda, 50% para os(as) autodeclarados(as) pretos(as), pardos(as) ou indígenas e para pessoas com deficiência. A referida lei, chamada de “Sistema de Cotas”, teve e tem como objetivo atenuar a discrepância racial e de classe no acesso ao ensino superior público no Brasil, que, ainda nos dias atuais, carrega consigo a herança do colonialismo.

De acordo com a V Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Instituições Federais de Ensino Superior, realizada em 2018 pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), houve uma expressiva mudança nas

⁹ Segundo o site do MEC, o PNAES “apóia a permanência de estudantes de baixa renda matriculados em cursos de graduação presencial” do ensino público através da “moradia estudantil, alimentação, transporte, à saúde, inclusão digital”, etc.

composições de raça e cor dos(as) graduandos(as) na educação superior pública nos últimos 15 anos (2003-2018). Segundo os dados levantados, nota-se um crescimento da participação de pardos(as) e pretos(as) e uma diminuição dos(as) brancos(as), que eram 59,4% dos estudantes e passaram a ser 43,3% em 2018. No mesmo ano, a participação entre pretos(as) e pardos(as) somados superou a dos(as) brancos(as) entre os(as) graduandos(as), com a marca de 7,9 p.p (pontos percentuais), índice significativo perante o histórico de exclusão dos citados grupos em espaços de prestígio social e poder, como as universidades públicas. Entre indígenas, nota-se uma queda de participação entre 2010 e 2014, em relação a 2003, mas, em 2018, houve novamente uma superação, passando de 9.388 estudantes para 10.736. A pesquisa também destaca que, durante o mesmo período, o perfil de cor ou raça da população brasileira também mudou, com um aumento expressivo de pessoas que se declaravam pretas e pardas e uma diminuição dos declarantes brancos. Mesmo assim, o crescimento de pessoas pretas, pardas e indígenas entre estudantes das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) foi superior ao seu crescimento na população brasileira.

Quanto à disposição da renda mensal familiar bruta dos(as) estudantes, ainda conforme a pesquisa da ANDIFES (2018, p. 25), o percentual de famílias que recebem “até 3 Salários Mínimos” foi de 50,9% do total do corpo estudantil das IFES em 2018. Regionalmente, percebe-se diferenças nesta faixa de renda: “A maioria absoluta dos (as) estudantes da região Norte do Brasil, 67,4%, e do Nordeste, 62,2%, tem renda mensal familiar bruta “Até 3 SM”, enquanto nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste este percentual é de 39,9%, 42,1% e 42,9%. A maior diferença é de 27,5 p.p. entre as regiões Sul e Norte”.

No tocante à renda mensal *per capita* familiar, na qual a renda mensal familiar é dividida pelo número de membros da família, esse indicador é a principal variável na delimitação das políticas de assistência estudantil das IFES, cujo público prioritário são discentes “oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar *per capita* de até um salário mínimo e meio” (ANDIFES, 2018, p. 03), conforme descrito no Decreto Nº 7.234, de

19 de Julho de 2010. Em comparação ao estudo realizado pela mesma instituição em 2014, “na V Pesquisa, o percentual de estudantes inseridos na faixa de renda mensal familiar per capita ‘até 1 e meio SM’ cresceu 4 p.p., alcançando 70,2% do universo pesquisado” (ANDIFES, 2018, p. 28). Os resultados do levantamento de 2018 também apontam que

“Do total dos estudantes, 26,6% vivem em famílias com renda familiar per capita de ‘até meio SM’ e 26,9% com renda per capita ‘mais de meio a 1 SM’. Neste sentido, mais da metade (53,5%) dos (as) graduandos (as) pertence a famílias com renda mensal per capita ‘até 1 SM’.” (ANDIFES, 2018, p. 28)

É notável a expansão do sistema de educação superior pública no período entre 2003 e 2018 para as camadas mais populares, liderada pelas IFES. Como explanado por Araújo (2018, p. 75), “a ampliação do acesso e ocupação desses espaços pelas classes subalternas desafia as relações elitistas que atravessam as formações universitárias”. Ainda segundo o autor, a intervenção das instituições de ensino se faz necessária, de forma a criar um ambiente apropriado para o desenvolvimento da formação e para a produção do conhecimento, tendo em vista os desafios econômicos e culturais que os estudantes enfrentam. O Programa Conexões de Saberes demonstra atuar sobre tal desafio, como dito nos incisos II e III do artigo I da portaria Nº 1, de 17 de maio de 2006, que institui o referido programa vinculado ao MEC:

“II - criar estruturas institucionais e pedagógicas adequadas à permanência de estudantes de origem popular na universidade e à democratização do acesso ao ensino superior; III - aprofundar a formação dos jovens universitários de origem popular como pesquisadores e extensionistas, visando sua intervenção qualificada em diferentes espaços sociais, em particular, na universidade e em comunidades populares [...]” (BRASIL, 2006, p. 01).

Nessa perspectiva, o PET, que, como afirmado anteriormente, passou por mudanças em sua filosofia e abordagem, é caracterizado como um instrumento essencial na democratização do acesso à universidade. No que diz respeito especificamente aos grupos PET na modalidade Conexões de

Saberes, sabe-se que estes foram os principais responsáveis pela articulação entre universidade e comunidades populares, já que, de acordo com informações do *site* do MEC (2010), o programa tem a finalidade de

“Desenvolver ações inovadoras que ampliem a troca de saberes entre as comunidades populares e a universidade, valorizando o protagonismo dos estudantes universitários beneficiários das ações afirmativas no âmbito das Universidades públicas brasileiras, contribuindo para a inclusão social de jovens oriundos das comunidades do campo, quilombola, indígena e em situação de vulnerabilidade social”

Como exposto, as políticas afirmativas instauradas na universidade promovem, além da amenização de desigualdades sociais presentes no espaço geográfico, uma maior presença de pessoas negras e de outras minorias étnicas na educação, no trabalho e em outros âmbitos públicos (INÁCIO, 2004), estimulando uma maior democratização da universidade pública. Nesse âmbito, portanto, o “PET Conexões de Saberes: diálogos entre a Universidade e comunidades populares” se mostra um facilitador na busca de uma construção coletiva entre o setor acadêmico e comunidades populares, através do ensino, pesquisa e extensão, integrando estes estudantes ao espaço universitário.

Para além das demandas do mercado, o programa proporciona ao estudante uma qualificação crítica na sua formação acadêmica pelo diálogo com questões relacionadas ao social, contribuindo para que ele se torne um profissional comprometido com processos de mudança da realidade social.

O PET Conexões de Saberes tem papel importante devido ao apoio metodológico, material e financeiro, o que propicia a criação de um vínculo efetivo com as vivências na instituição de ensino, numa perspectiva de ampliação das possibilidades de permanência. Nesse sentido, contribui diretamente para o processo de aprendizagem dos estudantes bolsistas do programa. Como demonstram os resultados de uma pesquisa realizada em 2017 na Universidade Federal de Pernambuco, com o objetivo de traçar o perfil e a atuação de todos que estão envolvidos nos grupos PET da referida universidade, a maioria dos discentes respondeu que utiliza a bolsa do

programa de alguma maneira para garantir sua permanência na universidade, sendo que

“22,4% usam para melhorar a qualidade de vida; 20,1% usam para comprar livros/materiais de estudo; (7,9% usam para complementar a renda da família; 11,2% usam para custear o transporte para a universidade e 8,2%); usam para alimentação”. (TEIXEIRA FILHO; MONTEIRO; SILVA, 2019, p. 68)

Portanto, diante dos dados e informações expostas, para além da questão de acesso, faz-se necessário discutir a permanência de estudantes oriundos de segmentos tradicionalmente excluídos de ações governamentais nas universidades públicas, que são, em essência, espaços de representações de forças e interesses coletivos, de forma a obter um processo de democratização que favoreça a inclusão de todas e todos. O PET Conexões de Saberes se destaca nessa luta pelo fortalecimento da permanência na universidade de estudantes de origem popular e pela sua contribuição à universidade pública no processo ensino-aprendizagem, com a articulação da tríade ensino, pesquisa e extensão. Ademais, o programa se sobressai pela sua natureza crítica e interdisciplinar e pelo enfrentamento das desigualdades sociais e regionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No processo histórico de sua constituição, as universidades públicas estiveram sempre vinculadas aos interesses do capital, seja como local de criação de novas tecnologias para aperfeiçoamento da produção, seja pela formação de mão de obra altamente especializada. Além disso, por muitos anos, estudantes oriundos de comunidades populares permaneceram segregados e sem a garantia de políticas educacionais que assegurassem a permanência no ambiente universitário.

Apesar dos impasses enfrentados, por meio das lutas sociais, conquistou-se políticas como o PNAES/2010, a Política de Cotas e Ações Afirmativas e o próprio “Programa Conexões de Saberes: diálogos entre a universidade e as comunidades populares”. Tais marcos legais colaboram

para o fortalecimento do acesso gratuito e plural às IES. A partir desse contexto, esses programas educacionais tornaram-se uma ferramenta essencial à permanência no ensino superior de discentes residentes de espaços populares. Isso não apenas no que se refere ao subsídio financeiro, mas também na qualificação do sujeito enquanto pesquisador, extensionista e futuro profissional e nas possibilidades futuras de acesso à pós-graduação e ao mercado de trabalho. Nessa perspectiva, reafirmar a necessidade do PET Conexões de Saberes no desenvolvimento pessoal e profissional do estudante é também reiterar a articulação entre as comunidades populares e a universidade.

Embora o referido programa tenha papel fundamental na trajetória estudantil, os desmontes na educação promovidos por políticas baseadas em diretrizes neoliberais minam a possibilidade de construir uma universidade mais plural e democrática. É por meio de lutas coletivas que os grupos PET Conexões de Saberes buscam efetivar as condições necessárias para que ocorra o diálogo entre universidade e comunidades populares, e o desafio permanece. Dentre as ações adequadas para isso, busca-se a articulação política entre os estudantes (bolsistas e voluntários), os(as) tutores(as) e os movimentos sociais da educação, para exigir que o MEC garanta o financiamento necessário para a execução do programa, visto que se constitui como um importante mecanismo de permanência dos estudantes no meio universitário. Dessa forma, busca-se alcançar, de forma satisfatória, os objetivos do PET, no sentido de promover impacto social relevante em membros oriundos de comunidades populares e nas comunidades em que são executadas as ações de ensino, pesquisa e extensão.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Lucas Pinheiro. **Assistência estudantil na Universidade Pública: de qual permanência falamos?** 2018. 153f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018.

Associação Nacional do Dirigentes e instituições Federais de Ensino Superior – ANDIFES. **V Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos**

Estudantes de Graduação das Instituições Federais de Ensino Superior Brasileiras. Brasília, ANDIFES, 2018.

BORBA, Flávia Paloma Cabral et al. Políticas de qualificação da graduação: o programa de educação tutorial. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 3, 2016, Campina Grande. **Anais.** Campina Grande: Realize Editora, 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil:** texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal: Coordenação de Edições Técnicas, 2016.

BRASIL. **Lei n. 5.540, de 28 de novembro de 1968.** Fixa as normas de organização e funcionamento do Ensino Superior. Brasília, Congresso Nacional, 1968.

BRASIL. Decreto nº 12.711, de 29 de ago. de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, D.F., 30 ago. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria de n. 1, 17 de maio de 2006. Institui o Programa Conexões de Saberes: diálogos entre a universidade e as comunidades populares. **Diário Oficial da União.** Brasília, D.F., 18 maio 2006, p. 01. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10092-portaria-01-2006-conexoes-de-saberes&category_slug=fevereiro-2012-pdf&Itemid=30192>.

BRASIL. Ministério da Educação. Edital nº 9/2010 Programa de Educação Tutorial. **Diário Oficial da União**, Brasília, D.F., 2 ago. 2010. Seção 3, p. 41-42.

BRASIL. Ministério da Educação. **Apresentação - PET.** Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/pet>>. Acesso em: 21 maio 2020.

CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. In: CARVALHO, José Sérgio (Org.). **Educação, Cidadania e Direitos Humanos.** Petrópolis: Editora Vozes, 2004, p. 171-193.

CASTRO, Cláudio de M. **O PET visto por seu criador** [S.l.: s.d., s.n., 200]. Ensaio. Disponível em: <<http://www.petma.ufsc.br/arquivos/artigo.doc>>. Acesso em: mar. 2020.

CHAUÍ, Marilena. **Escritos sobre a Universidade.** São Paulo: Editora UNESP, 2001.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob. Expansão da privatização/mercantilização do ensino superior Brasileiro: a formação dos oligopólios. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, n. 111, p. 481-500, 2010.

CORRÊA, Alline F.; LEMOS, Celina B. Pet: a gênese do programa de educação tutorial. In: ENCONTRO NACIONAL DE GRUPOS PET- ENAPET, 11, 2006, Florianópolis. **Anais**. Florianópolis: UFSC, 2006.

FÁVERO, Maria de Lourdes. **A UNE em tempos de autoritarismo**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1995.

FERNANDES, Florestan. **Universidade Brasileira: reforma ou revolução?** São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Teoria e Práxis e o antagonismo entre Formação Politécnica e as relações sociais capitalistas. **Trab. Educ. Saúde.**, Rio de Janeiro, v. 7, supl. 1, p. 67-82, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Ed. Atlas S.A., 2002.

GRAMSCI, Antonio. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

INÁCIO, Miriam de Oliveira. A Discussão ética das Ações Afirmativas: Problematizando o princípio da igualdade. **Temporalis**. Ano III. Brasília: ABEPSS, 2004.

MAZZILLI, Sueli. Ensino, pesquisa e extensão: reconfiguração da universidade brasileira em tempos de redemocratização do Estado. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Goiânia, v. 27, n. 2, edição 221, p. 205 -221, 2011.

RINESI, Eduardo. Universidade reflexiva e cidadania crítica. In: SANTOS, Gislene Aparecida (org.). **Universidade, formação, cidadania**. São Paulo: Cortez, 2001.

ROSSETTI, Fernando. **Redução no orçamento do PET (Programa Especial de Treinamento) não agradou a bolsistas e professores MEC recua em corte de verbas e bolsas**. São Paulo: 1998. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff20039824.htm>>. Acesso em: 10 jun. 2020.

TEIXEIRA FILHO, José Gilson de Almeida; MONTEIRO, Marcones da Silva; SILVA, Joan Francis Epifanio da. Censo PET UFPE 2017: Uma Pesquisa Censitária do Programa de Educação Tutorial da UFPE. In: FACUNDES, V. L. D. et al. (Orgs.). **Programa de Educação Tutorial na Universidade Federal de Pernambuco: trajetória e diversidades**. Recife: Ed. UFPE, 2019, p. 53-76.

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: O golpe contra as reformas e a democracia. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 13-28, jun. 2004.

Recebido em: 30 de maio de 2020.
Publicado em: 28 de outubro de 2020.